



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo** **1001530-67.2025.5.02.0033**

**Tramitação Preferencial**  
- Pagamento de Salário

**Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 01/09/2025

**Valor da causa:** R\$ 35.706,21

**Partes:**

**RECLAMANTE:** WILLIANS ROBSON DO AMARAL SANTOS

**ADVOGADO:** PAULA BARBOSA FREITAS

**ADVOGADO:** FREDERICO AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE

**RECLAMADO:** ANITA LOUISE REGINA HARLEY

**ADVOGADO:** GABRIELA CAMPOS RIBEIRO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
33ª Vara do Trabalho de São Paulo  
ATSum 1001530-67.2025.5.02.0033  
RECLAMANTE: WILLIANS ROBSON DO AMARAL SANTOS  
RECLAMADO(A): ANITA LOUISE REGINA HARLEY

### ATA DE AUDIÊNCIA

*Em 11 de novembro de 2025, na sala de sessões da MM. 33ª Vara do Trabalho de São Paulo, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) do Trabalho CARLA MALIMPENSO OLIVEIRA ANTELMÍ, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo número 1001530-67.2025.5.02.0033, supramencionada.*

Às 10:05, aberta a audiência, foram apregoadas as partes.

Presente a parte reclamante WILLIANS ROBSON DO AMARAL SANTOS, pessoalmente, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). ALLISON MARQUES GIMENES, OAB 411280/SP.

Presente a parte reclamada ANITA LOUISE REGINA HARLEY, representado(a) pelo(a) curador Sr.(a) MARCO ANTONIO PARISI LAURIA, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). GABRIELA CAMPOS RIBEIRO, OAB 109526/SP.

É responsabilidade da parte conferir a regularidade da sua representação processual. Deste modo, concedo prazo improrrogável de 02 dias para as parte(s) se certificar(em) de que a sua representação processual atende todos requisitos previstos em lei e, caso haja alguma irregularidade, deverá(ão) juntar ao processo, no prazo acima concedido, os documentos de representação processual necessários, entre eles, a procuração, observado o quando disposto na súmula nº 456 do c.TST, contrato social, carta de preposição e substabelecimento, sob pena de aplicação do quanto previsto no artigo 76, § 1º, I e II do CPC.

Neste ato a parte reclamante ratifica os termos da procuração juntada aos autos.

Registro que o juiz, advogados, partes e testemunhas conforme acima qualificados estão presentes na audiência PRESENCIAL no Fórum.

**A presente ata tem força de comprovante de comparecimento, não podendo o (a) reclamante, representantes da reclamada e testemunhas, pela sua ausência em serviço, sofrer as penalidades ou descontos em seus salários, nos termos do prejudgado nº 30/67, Súmula 155 TST e artigo 822 da CLT.**

CONCILIAÇÃO:

A reclamada ANITA LOUISE REGINA HARLEY pagará à reclamante, a quantia líquida de R\$15.000,00, até o dia 01/12/2025.

O(a) reclamante concorda expressamente que os pagamentos das parcelas do acordo sejam efetuados mediante depósito bancário na conta do seu patrono, **Dr(a). FREDERICO AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE , CPF/PIX nº 288.636.798-27, no Banco: ITAU, agência 0170, conta corrente nº 96625-3**, valendo os comprovantes de depósito como recibos de pagamento do acordo. Desnecessária a juntada de petição ou recibo, no caso de quitação das parcelas, tendo-se como quitado o acordo se não denunciado o inadimplemento pela parte reclamante no prazo de 10(dez) dias a contar do vencimento da última parcela. As partes convencionam que os depósitos bancários nas datas estabelecidas poderão ser efetuados em cheque ou em dinheiro.

A parte reclamante informa que não aderiu ao saque aniversário da Caixa Econômica Federal e atualmente não está trabalhando registrado(a).

A presente ata tem força de ALVARÁ perante a CEF para liberação do FGTS (responde a ré pelo valor que estiver depositado), suprimindo a inexistência do TRCT, dos recolhimentos rescisórios do FGTS e do carimbo de baixa da CTPS.

Nome do autor: WILLIANS ROBSON DO AMARAL SANTOS

CPF: 461.502.328-67.

PIS: 13703722672

Data de admissão: 28/02/2024 .

Data de demissão: 01/09/2025.

Modalidade da rescisão contratual: dispensa sem justa causa.

Empregador: ANITA LOUISE REGINA HARLEY

CPF: 055.196.674-20 .

Fica, desde já, indeferido qualquer pedido que venha a ser realizado para que o patrono seja autorizado a levantar o FGTS, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal nas ADIs 2382, 2425 e 2479.

O saque dos valores contidos na conta de FGTS acima mencionada ficará vinculada à análise administrativa da autoridade competente, em relação ao efetivo cumprimento das exigências legais, em especial no que se refere à vedação do saque nas hipóteses previstas nos artigos 20-A, II e 20-D, §3º e §3º-A da Lei 8.036 /1990.

A presente ata possui força de ALVARÁ perante a CEF, SINE e demais órgãos competentes para liberação do seguro-desemprego, suprimindo, inclusive, a inexistência do TRCT, das guias SD/CD e do carimbo de baixa da CTPS. A concessão

do benefício em questão ficará vinculada à análise administrativa da autoridade competente, em relação ao efetivo cumprimento das exigências legais, sem responsabilidade da reclamada na hipótese de a parte reclamante não conseguir receber o benefício. Nº. PIS: 13703722672

Multa de 50% no caso de inadimplemento ou mora incidente sobre a totalidade dos valores vencidos e não quitados e vincendos, antecipado o vencimento das parcelas em aberto, sem prejuízo de juros e correção monetária. A reclamada considera-se citada, quanto ao pagamento do acordo na data combinada. Noticiado o inadimplemento, será iniciada imediatamente a execução da reclamada e de seus sócios com penhora e diligências de praxe, sem prévia citação e sem instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, fluindo juros e correção monetária a partir da data da celebração do acordo.

Cumprido o acordo nos seus exatos termos, a parte reclamante dará total quitação do objeto da presente ação, bem como da relação jurídica havida entre as partes, bem como extinto contrato de trabalho havido entre as partes, para nada mais reclamar, incluindo honorários advocatícios eis que cada partes arcará com os honorários de seus advogados.

As partes declaram que a transação é composta de 100% de parcelas de natureza indenizatória, correspondentes às seguintes parcelas:

- a) indenização por danos morais (R\$7.000,00);
- b) multa do art. 467 da CLT (R\$4.500,00);
- c) multa do §8º do art. 477 da CLT (R\$3.500,00).

Convencionam as partes que eventuais contribuições previdenciárias incidentes sobre a presente avença ficarão a cargo exclusivamente da reclamada, inclusive no que pertine à cota parte do empregado, não se transferindo tal responsabilidade ao reclamante.

**HOMOLOGO O ACORDO** para que surta seus jurídicos efeitos, ressaltando-se o direito de impugnação Órgão Previdenciário quanto à natureza das verbas declaradas.

Defiro ao/à reclamante os benefícios da justiça gratuita.

Custas pela parte reclamante no importe de R\$300,00, calculadas sobre R\$15.000,00 ( 100% ), dispensadas na forma da lei.

Quanto à intimação da UNIÃO, observem-se os termos da Portaria Normativa PGF/AGU nº 47/23 .

Tudo cumprido e nada pendente, dê-se baixa e archive-se o processo.

Cientes os presentes,

Nada mais.

Audiência encerrada às 10:25.

As partes procederam a leitura da presente ata no monitor do sistema informatizado e manifestaram plena ratificação de todos os seus termos.

**CARLA MALIMPENSO OLIVEIRA ANTELM**  
Juiz(a) do Trabalho

Ata redigida por *LUIZ FELIPE QUEIROD PEREIRA, Secretário(a) de Audiência.*



Documento assinado eletronicamente por CARLA MALIMPENSO OLIVEIRA ANTELM, em 11/11/2025, às 11:14:50 - 425ee96  
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO:03241738000139  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25111111080889200000430338990?instancia=1>  
Número do processo: 1001530-67.2025.5.02.0033  
Número do documento: 25111111080889200000430338990